



O Bloco de Esquerda vai avançar com um projecto de lei para eliminar do Código de Trabalho o artigo sobre as excepções aos limites do período normal de trabalho. A iniciativa pretende inviabilizar as 60 horas semanais impostas aos trabalhadores dos hipermercados.

Relação confirma envolvimento de Ricardo Rodrigues com “gang internacional”

Maria José Oliveira

Tribunal da Relação rejeitou recurso do Ministério Público sobre processo-crime contra o jornalista Estêvão Gago da Câmara

● O Tribunal da Relação de Lisboa decidiu não levar a julgamento o jornalista Estêvão Gago da Câmara, acusado pelo Ministério Público (MP) de atentar contra a honra e consideração de Ricardo Rodrigues, vice-presidente da bancada parlamentar do PS. Num acórdão datado de finais de Setembro, os juízes da Relação negaram provimento ao recurso, confirmando a decisão de não-pronúncia feita pelo Tribunal de Ponta Delgada. Ao PÚBLICO, Rodrigues disse estar “conformado” com a sentença da primeira instância.

Entretanto, o deputado instaurou um processo cível contra Gago da Câmara, a SIC e a SIC/Notícias, devido a uma reportagem que o associava a um caso de pedofilia em São Miguel: pede uma indemnização de meio milhão de euros e um pedido de desculpas a ser transmitido nos noticiários ao longo de um dia inteiro.

Na sentença da Relação estava em causa um artigo de opinião, publicada no *Açoriano Oriental* a 8 de Janeiro de 2005, nas vésperas das legislativas. Nesse texto, o jornalista manifestava a sua perplexidade pelo facto de o secretário Regional da Agricultura e Pescas encabeçar a lista de candidatos do PS pelo arquipélago.

Considerando que o Parlamento iria ter um deputado que “não deixou nunca de ser um ‘caso’”, escrevia:

“Rodrigues esteve envolvido com um gang internacional na qualidade de advogado, sócio e procurador de uma sociedade *offshore* registada algures num paraíso fiscal; advogado/sócio de uma mulher [Débora Raposo] que está foragida no estrangeiro, acusada de ‘ter dado o golpe’ de centenas de milhares de contos à agência da CGD de Vila Franca do Campo”. Por tudo isto, “não deveria nunca ter enveredado pela actividade política”.

O texto mereceu o repúdio do socialista. Avançou com um processo judicial contra o jornalista, alegando que o artigo atentava contra a sua honra e consideração. Em Abril, o juiz do Tribunal de Ponta Delgada deliberou pela não-pronúncia do arguido, “em nome de uma imprensa que se quer robusta, desinibida e desassomburada”. A Relação, pronunciando-se sobre a utilização da expressão *gang*, considerou que a palavra era “insultuosa e indelicada”, mas estava “justificada em factos”.

Os factos remontam a 2000, quando Rodrigues foi constituído arguido num processo sobre crimes de associação criminosa, infidelidade, burla qualificada e falsificação de documentos. Nesse ano, foram julgadas nove pessoas. A principal arguida, Débora Raposo, professora do ensino básico para a qual Rodrigues trabalhava como advogado, estava foragida. Foi localizada no Canadá, em 2000, numa investigação SIC/Expresso, mas só extraditada em 2007. Nesse ano, foi condenada a seis anos de prisão por burla qualificada e falsificação de documentos. O caso foi objecto de uma reportagem de Gago da Câmara no *Expresso* (Outubro de 2007).

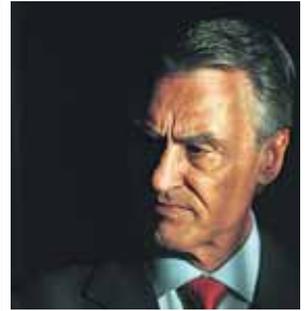
O processo relativo a Rodrigues foi arquivado. No despacho do MP podia ler-se que, apesar das “dúvidas” sobre a sua contribuição “nas actividades subsequentes à burla levadas a cabo pelos principais arguidos”, o

advogado alegou “desconhecimento da actividade delitosa”.

Esta decisão foi lida com “perplexidade” pelo juiz de primeira instância. Isto porque o MP dissera que Rodrigues “foi referenciado como tendo mantido contactos (...) com a arguida, principalmente em reuniões que foram organizadas tendo em vista dar aplicação a quantias ilícitamente apropriadas. (...) Resulta de forma exuberante que fez deslocções a fim de tratar de assuntos relacionados com as actividades da arguida, as quais eram tudo menos transparentes; viajou igualmente por diversas vezes para a Madeira e até mesmo para o estrangeiro, nomeadamente para a Suécia, ilha de Mann e Argentina a expensas da mesma, obviamente pagas com dinheiro obtido de actividades que eram tudo menos lícitas”.

O juiz de instrução concluiu que a acusação de que Rodrigues se envolvia “com um gang internacional” tinha sustentação: “Ao mesmo tempo que [Raposo] se apresentava ao assistente na ‘humilde condição’ de professora do Ensino Básico, e em vias de aposentação, mantinha uma suite e um escritório no hotel (...), contactos com pessoas alegadamente proeminentes na finança mundial (entre eles um tal Z, que prestava ‘serviços financeiros’ a partir de Miami, e um Cardeal [sic] Ortodoxo, responsável de uma sociedade financeira)”.

A Relação corroborou a sentença da primeira instância, notando que o artigo de opinião contribuiu para “a formação” de “juízo crítico”. Ao PÚBLICO, o jornalista disse estar “satisfeito” com as decisões dos tribunais: “Os tribunais e a justiça funcionaram”.



Cavaco Silva

Sérgio Sousa Pinto desfere ataque a Cavaco

● Sérgio Sousa Pinto assestou ontem as baterias contra o Presidente da República (PR), acusando Cavaco Silva de se estar a “intrometer” na agenda política do PS. A declaração pública do PR sobre o diploma respeitante à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo caiu mal no PS e, ontem, o deputado socialista respondeu a Cavaco, afirmando que a sua “declaração pôs em causa a oportunidade do diploma e as prioridades do Governo e do PS, que constam do programa eleitoral que foi sufragado pelos portugueses”.

AO PÚBLICO, Sousa Pinto disse que Cavaco “não pode intrometer-se na agenda política do partido que suporta o Governo, sob pena de ‘estar a contribuir para a dramatização da vida política nacional’”. “Quer goste quer não goste, essa é a barreira que o Presidente da República não pode franquear”, porque ao fazê-lo está a engrossar o “coro” da oposição de direita”, colocando em causa a estabilidade política. “Os portugueses sufragaram o programa do PS e não o fizeram com o objectivo de ser o Presidente a definir a agenda do PS”, atirou.

Confrontado pelos jornalistas, anteontem, sobre a aprovação em Conselho de Ministros de uma proposta de lei que visa permitir o casamento entre homossexuais, Cavaco não foi claro: “A minha atenção está no desemprego, no endividamento do país, no desequilíbrio das contas públicas, na falta de produtividade e de competitividade”.

Também José Lello, da direcção nacional do PS, aponta o dedo a Cavaco. “Nas coisas fundamentais, o Presidente alega o distanciamento presidencial para não intervir, nas coisas em que intervém tem uma postura interventiva. Há um momento em que Cavaco Silva vai ter de se definir, se não fica tudo nas meias tintas”, declarou ao PÚBLICO, advertindo que o Presidente “tem uma postura mais engajada do que parece”.

Ontem, Cavaco deu conta da sua “grande preocupação pelo inverno demográfico” que Portugal conhece e alertou para a “importância decisiva” dos apoios à natalidade. **Margarida Gomes**



Ricardo Rodrigues, deputado do PS, “conformou-se” com a deliberação

CP desligou corrente para evitar avarias em portáteis

Carlos Cipriano

● Se vai viajar de comboio e quer usar o seu computador portátil, então leve-o carregado ou traga uma bateria suplementar. Não conte é com as tomadas existentes nas carruagens porque elas estão desligadas.

Um problema relacionado com os conversores electrónicos de alimentação eléctrica a bordo - que já custou algumas indemnizações à CP - está na origem da decisão de mandar desligar a corrente às tomadas dos Intercidades e Alfas. É que alguns passageiros viram os portáteis “pifar” quando estavam ligados à corrente.

A energia eléctrica a bordo vem normalmente da catenária, que funciona a 25 mil volts e passa por um transformador e conversor para ser “servida” aos clientes a 220 volts. Mas alguns portáteis mostraram-se particularmente sensíveis aos picos de

corrente e queimaram-se.

É preciso, por isso, instalar na frota da CP novos conversores para modular a onda eléctrica que, explicam os engenheiros, deve ser uma sinusóide perfeita, o que não acontecia. “Para a resolução do problema existe já um projecto desenvolvido pela Engenharia da CP, cujo protótipo será instalado em Dezembro e, comprovando-se o seu bom funcionamento e robustez no ambiente ferroviário, será disseminado pela restante frota de material”, explica fonte oficial da empresa num *mail* enviado ao PÚBLICO.

Nos próximos meses será, assim,



A CP já teve que pagar indemnizações por causa de avarias nos portáteis utilizados a bordo

possível voltar a ligar os computadores às tomadas. Mas só nos Intercidades! Nos Alfas, o assunto só estará resolvido daqui a dois ou três anos, quando os comboios fizerem a revisão da “meia vida”: 15 anos depois de entrarem ao serviço, sofrerão uma grande reabilitação, aproveitando para instalar novos conversores e tomadas em todos os lugares à janela.

A CP diz que “é notório o crescimento na utilização dos computadores portáteis a bordo, a que não será estranho o facto de estes terem sofrido fortes reduções de preço e de o comboio ser um meio de transporte propício à sua utilização para lazer ou trabalho”. A empresa não tem estatísticas sobre a quantidade de passageiros que os utilizam, mas considera o fenómeno suficientemente importante para o avaliar num “estudo de cliente” que realizará brevemente.

Já quanto à rede para os telemó-

veis, os Alfas Pendulares dispõem de um repetidor em cada veículo que evita as falhas durante a viagem (com excepção de alguns troços no Alentejo), dando resposta à clientela mais exigente do seu serviço de topo. Mas para os Intercidades os custos de equipar as 103 carruagens da frota desensorajaram idêntico investimento, ficando os passageiros sujeitos à rede que se apanha ao longo da viagem.

A EMEF (Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário) desenvolveu um projecto para instalar Internet a bordo dos comboios, mas a CP ainda não respondeu. O projecto permitiria navegar na web sem quebras de rede. Para a CP possibilitaria também o envio de mensagens aos clientes desde terra para passarem nos ecrãs a bordo. O presidente da CP, Cardoso dos Reis, disse há dias ao PÚBLICO que a Internet nos comboios era uma “possibilidade”.